

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Bárbara Esteves da Costa

ILE WOPO OLOJUKAN:

PATRIMONIO CULTURAL DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte

2017

Bárbara Esteves da Costa

ILE WOPO OLOJUKAN:
PATRIMONIO CULTURAL DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Projeto de Pesquisa apresentado a Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Ana Flávia Moreira Santos

Belo Horizonte

2017

AGRADECIMENTOS

A meus pais, principalmente a minha mãe, por ter me acompanhado a essa jornada, agradeço também aos meus irmãos e as minhas tias que sempre me apoiaram.

Agradeço a minha orientadora Ana Flavia Moreira Santo, por ter me incentivado e pelo o suporte ao longo do curso.

E aos meus amigos que me apoiaram durante o curso e de alguma forma me ajudaram a concluir este trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade fazer uma análise do processo de patrimonialização do terreiro de candomblé de, o Ilê Wopo Olojukan, bem cultural de raiz negra foi tombado a mais de 20 anos como patrimônio cultural do município de Belo Horizonte. São também discutidas as políticas públicas de preservação e proteção do patrimônio em Belo Horizonte.

Palavras-chave: Candomblé. Patrimônio Cultural. Ilê Wopo Olojukan. Belo Horizonte.

ABSTRACT

This paper has the purpose of analyzing the process of patrimonialization of the candomblé terreiro of Ilê Wopo Olojukan, a black cultural root, which was over 20 years old as a cultural patrimony of the municipality of Belo Horizonte. Also discussed are public policies for the preservation and protection of heritage in Belo Horizonte

Key Words: Candomblé. Cultural Heritage. Ilê Wopo Olojukan. Belo Horizonte.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –.....	32
Figura 2 –.....	32
Figura 3 –.....	33
Figura 4 –.....	33

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. METODOLOGIA.....	11
3. “O PATRIMÔNIO CULTURAL”	13
3.1. Patrimônio Cultural no Brasil.....	13
3.2. Políticas Públicas.....	17
3.3. A cultura negra e o patrimônio cultural.....	22
3.3.1. Movimento Negro em Belo Horizonte.....	24
4. O “ILE WOPO OLOJUKAN”	28
4.1. O candomblé.....	28
4.2. História do terreiro.....	31
5. O patrimônio cultural em belo horizonte e o processo de patrimonialização do terreiro Ilê Wopo Olojukan.....	39
5.1 A política de patrimônio cultural na Prefeitura de Belo Horizonte.....	39
5.1.1 Secretaria Municipal de Belo Horizonte.....	40
5.1.2 Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município.....	40
5.1.3 O Patrimônio Cultural Imaterial em Belo Horizonte	43
5.2. Projeto Tricentenário de Zumbi dos Palmares.....	44
5.3. O Tombamento do “ Ilê Wopo Olojukan”	47
5.3.1 O Dossiê do Tombamento do “ Ilê Wopo Olojukan”	48
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
7. REFERÊNCIAS.....	60

1- INTRODUÇÃO

Meu intuito neste trabalho é realizar uma etnografia do processo de tombamento do terreiro de candomblé “Ilê Wopo Olojukan”. Este tombamento ocorreu no ano de 1995 pela Prefeitura de Belo Horizonte, por meio do órgão responsável pelo patrimônio cultural do município, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, que está ligado diretamente à Fundação Municipal de Cultura – que na época do tombamento era denominada Secretaria Municipal de Cultura.

Desta forma, meu trabalho tem a finalidade discutir como ocorrem os processos de patrimonialização dos Terreiros Candomblés em Belo Horizonte, isto é, quais são os motivos que levaram uma instituição a fazer um tombamento de um Terreiro de Candomblé, a partir de um caso específico: o do Terreiro de Belo Horizonte “Ilê Wopo Olojukan”, tombado no ano de 1995.

O se protege pelo tombamento é apenas o físico, no caso do candomblé, além de tomar, se deveria também fazer um registro dos bens imateriais, neste caso os ritos, os modos de fazer as comidas, a língua, etc. O que não ocorreu no caso do terreiro “Ilê Wopo Olojukan”, cujo tombamento é anterior à política do patrimônio imaterial.

A prática de preservação no Brasil se baseou, até a década de 1980, em monumentos e edificações referentes ao período colonial brasileiro, e à elite social e política do país. Em Minas Gerais, as Igrejas de estilo barroco do período colonial, em sua grande maioria, são tombadas por algum órgão de preservação, seja na esfera federal, estadual ou municipal.

A prática de tombamento, iniciada na década de 30, preocupou-se principalmente nos seus primeiros 40 anos na valorização de tais bens, bem como aqueles ligados a uma elite colonial branca. Nesse sentido, verificando os livros de tomo do IPHAN na época em questão, encontramos poucas referências de elementos culturais ligados a outras religiões, estratos sociais ou etnias presentes no

território brasileiro. Tal prática preservacionista nos leva a uma construção identitária oficial não representativa da realidade cultural de nosso país.(LOTT, 2005:12)

Partindo deste ponto de vista, do que consistiu a prática de preservação no Brasil, e que a proteção a esses bens históricos implica na construção de uma memória e histórias brasileiras, a identidade nacional, etc. Na verdade, o que essa política de preservação conta e protege por meio do tombamento é apenas uma parte da história brasileira. Assim, essa política de preservação marginaliza as outras culturas e etnias que tiveram participação na história brasileira.

Começa a se romper com a tradição de se preservar edificações e monumentos, na década de 80, quando o IPHAN tombou o terreiro de candomblé “Casa Branca do Engenho Velho”, que fica em Salvador, o primeiro bem cultural de raiz negra tombado no Brasil.

Segundo Gilberto Velho, o tombamento do terreiro de candomblé “Casa Branca do Engenho Velho”, significou ver o Brasil como um país multicultural.

[...] o tombamento de Casa Branca significava a afirmação de uma visão da sociedade brasileira como multiétnica, constituída e caracterizada pelo pluralismo sociocultural. Não há dúvida de que tal medida de reconhecimento do Estado representava também uma reparação às perseguições e à intolerância manifestadas durante séculos pelas elites e pelas autoridades brasileiras contra as crenças e os rituais afro-brasileiros. (VELHO, 2006:240).

Portanto, o caso de “Casa Branca do Engenho Velho”, foi o primeiro bem cultural que se não encaixava no modelo de proteção e conservação dos órgãos públicos voltados para a proteção de patrimônio cultural.

Depois, não só outros terreiros foram tombados, mas diversos monumentos e construções ligadas a outras tradições que não a luso-brasileira também foram reconhecidos, como uma casa de colono, no Rio Grande do Sul, uma casa de chá japonesa, em São Paulo e, mais recentemente, através da valorização da cultura imaterial, rituais indígenas como o Quarup. (VELHO, 2006:240).

Na cidade de Belo Horizonte, o órgão público responsável pelo patrimônio cultural fez tombamentos de bens culturais de raízes negra no ano de 1995, o terreiro de candomblé “Ilê WopoOlojukan” e o congado “Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Jatobá”. Esses tombamentos ocorreram por causa das comemorações do Tricentenário de Zumbi dos Palmares, comemorado naquele ano, e também por causa do movimento negro presente dentro desse órgão público, que era então a Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte.

Esses tombamentos aconteceram há mais de vinte anos, e não houve outros bens culturais de raiz negra tombados ou salvaguardados em Belo Horizonte, pela esfera municipal. A Diretoria Municipal de Patrimônio desenvolveu projetos de tombar terreiros de candomblé e umbanda e de quilombolas, mas esses processos ainda não foram concretizados.

Os tombamentos foram realizados tendo como base o discurso de inserção do elemento negro na construção da identidade oficial da cidade, preconizado com as discussões a respeito da necessidade dos órgãos preservacionistas incorporarem a diversidade cultural brasileira. (LOTT, 2005:14).

Neste trabalho, pretendo discutir o tombamento do terreiro de candomblé “IlêWopo Olojukan”- pelo órgão municipal de proteção e conservação de patrimônio que, no caso da cidade de Belo Horizonte, é a Diretoria de Patrimônio Cultural, que pertence à Fundação Municipal de Cultura. E as políticas públicas direcionadas para o patrimônio cultural. No caso do terreiro de candomblé “Ilê WopoOlojukan”, pergunto se não caberia também a proteção por meio da salvaguarda de bens intangíveis.

2 – METODOLOGIA

A proposta metodológica deste trabalho consistiu em visitas ao Terreiro “Ilê Wopo Olojukan”, que passou por um processo de tombamento pelo município de Belo Horizonte, bem como na realização de entrevistas, com membros e com o babalorixá do Terreiro.

Foi realizada pesquisa bibliográfica a respeito do tema do trabalho, e visita ao Diretório de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, que fica no bairro da Serra, local onde fica arquivado o dossiê do processo, de número 010915349580, que trata do tombamento do terreiro “Ilê Wopo Olojukan”. Foram também realizadas conversas, e tentativas de entrevistas, com pessoas que participaram da escolha do bem material cultural de matriz africana a ser tombado em Belo Horizonte.

Irei também me apoiar na dissertação de mestrado defendida na Pós-Graduação em Ciências Sociais/Gestão das Cidades, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), no ano de 2005, pela aluna Vanessa Pires Lott, na qual ela discute a questão do tombamento de bens culturais de raiz negra em Belo Horizonte, analisando o tombamento do terreiro de candomblé “Ilê Wopo Olojukan” e do congado “Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Jatobá”.

O nome da dissertação é: *Patrimônio Cultural na cidade de Belo Horizonte: o caso da “Irmandade Nossa Senhora do Rosário do Jatobá” e o terreiro de candomblé “Ilê Wopo Olojukan”*.

Meu trabalho de monografia é constituído por três capítulos, além da introdução (capítulo 1) e conclusão (capítulo 6). No capítulo 3, irei discutir o patrimônio cultural no Brasil, sua história e as políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural; quais são os papéis dos órgãos públicos que cuidam dos bens culturais materiais e imateriais. No capítulo 4, falarei sobre o candomblé e da história do terreiro “Ilê Wopo Olojukan”. Já no capítulo 5, também irei discutir

a participação dos movimentos negros em Belo Horizonte, que tiveram um papel importante no tombamento do terreiro de candomblé “Ilê Wopo Olojukan”. Abordar e também projeto tricentenário de Zumbi dos Palmares, que deu origem ao tombamento do terreiro e o congado “Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Jatobá”. E irei também discutir sobre o órgão responsável pelo patrimônio municipal de Belo Horizonte que é a Diretoria de Patrimônio Cultural e, por fim, do tombamento do terreiro “Ilê Wopo Olojukan”.

3- O PATRIMÔNIO CULTURAL

3.1- PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

O conceito de patrimônio cultural sempre esteve ligado à noção de cultura, tradição e memória. O patrimônio cultural é uma ferramenta utilizada para dar valor simbólico a bens que tem importância para a construção da identidade seja ela, nacional ou de um determinado grupo.

[...] através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando a sua transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos. (FONSECA, 2009: 21).

No século XIX a necessidade das ciências de compreender e explicar o homem e a sociedade faz surgir a sociologia e a etnologia. A etnologia vai tentar dar uma resposta a diversidade humana. Um conceito importante para estudar o homem e a sociedade na qual ele vive é o conceito de “cultura”. O conceito de “cultura” é muito utilizado nesta época pela Alemanha e França, mas de forma normativa. Os fundadores da etnologia vão lhe dar um conteúdo puramente descritivo. (CUCHE, 199:34)

Os pesquisadores franceses do século XIX e XX, não usavam o termo cultura, mas sim o termo civilizações no sentido coletivo e descritivo, pois as ideologias francesas desta época não propiciaram o desenvolvimento do conceito descritivo de cultura. Havia também uma rivalidade com a Alemanha, pois esses utilizavam o conceito Kultur, em um sentido objetivo e também para se referir à cultura material, somente nos anos 60 do século XX, com o desenvolvimento da etnologia de campo que os franceses começaram a utilizar

o conceito de cultura.

Foi no começo do século de XIX que se começou com a concepção de patrimônio cultural. A concepção de patrimônio foi constantemente relacionada com o conceito de tradição ou de herança, sendo visto como aquilo se passava de geração para geração sempre de maneira imóvel e imutável.

A tradição teria, então, uma dimensão necessariamente conservadora: o presente repetiria o passado através daquilo que dele herdou. Neste sentido, a tradição foi comumente entendida como um segmento relativamente inerte de uma estrutura social, uma 'sobrevivência do passado' não sendo de se estranhar, portanto, que ela seja vista, muitas vezes, como uma dimensão cristalizada, imóvel da cultura. (CASTRIOTA, 2009:21).

No século XX, o conceito de patrimônio cultural começa a se ampliar graças a Antropologia. Devido ao conceito de relativismo, na Antropologia se começa a expandir o conceito de cultura; portanto, se antes apenas se protegia e se conservava o que estava relacionado à chamada cultura erudita, agora se passa a contemplar também as manifestações populares e a cultura moderna de massa. (Castriota, 2009).

As culturas passam a ser vistas como algo em constante transformação, e não mais como uma realidade estática.

Não haveria, assim, uma cultura estática, e o próprio processo de transmissão incorporaria possibilidades de mudanças, através das quais as culturas se mantêm flexíveis e podem absorver as inevitáveis variações trazidas pelo tempo. Neste aspecto, cabe distinguir, no entanto, entre dois tipos de transformações da cultura: aquelas mudanças internas, que resultam da própria dinâmica do grupo, e aquelas, usualmente bruscas e rápidas, trazidas pelo contato de um sistema cultural com outro. (CASTRIOTA, 2009:22).

Dois acontecimentos foram importantes para se implantar no Brasil um órgão para tratar do patrimônio cultural e artístico brasileiro, que foi o movimento dos modernistas e a implementação do Estado Novo em 1937, sob

o comando de Getúlio Vargas.

O projeto de criação de um órgão especificamente voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, apresentado em uma primeira versão no anteprojeto de Mário de Andrade e formulado de forma definitiva no decreto – lei nº 25, de autoria basicamente de Rodrigo M. F. de Andrade (FONSECA, 2009: 97).

Assim, proteção ao patrimônio começou a ser prática no Brasil a partir da década de 30, com a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que tinha como uma de suas funções construir a identidade nacional, tendo como base a Lei nº 25/ 1937, que instituiu como instrumento de política patrimonial apenas o tombamento de bens materiais, sobretudo aqueles considerados de “excepcional valor” histórico ou artístico.

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

O SPHAN estava vinculado ao MES (Ministério da Educação e Saúde). “A instituição era representada regionalmente em distritos e tinha sob sua responsabilidade os museus regionais, que foram sendo criados a partir de 1938” (FONSECA, 2009:97).

Nos primeiros anos do SPHAN, seus dirigentes voltaram sua atenção para o Estado de Minas Gerais, principalmente para as chamadas hoje cidades históricas, com foco em Ouro Preto (devido ao estilo arquitetônico denominado barroco). “Para os modernista Minas se constituiu, desde a segunda década do século, em pólo catalisador e irradiador de idéias.”(FONSECA, 2009:92)

Segundo Castriota, a arquitetura teve um papel importante no início da criação do SPHAN, tendo o arquiteto Lúcio Costa como seu principal

agente, naquele momento a arquitetura via, no ciclo mineiro do século XVIII, o começo da arquitetura brasileira.

Assim, não é de estranhar que o próprio ato do tombamento de núcleos históricos em Minas Gerais, em 1938, entre os quais Ouro Preto já aponte como valor decisivo o 'valor artístico' e não o 'valor histórico' do conjunto, que é visado, antes de mais nada, sob o ponto de vista estético. Considerada como expressão estética privilegiada, a cidade é elaborada segundo critérios puramente estilísticos, ignorando-se completamente 'sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural de um todo socialmente construído'. Com isso, instaura-se ali, como de resto em todo o Brasil, uma prática de conservação orientada para a manutenção dos conjuntos tombados como objetos idealizados, desconsiderando-se, muitas vezes, a sua história real. (CASTRIOTA, 2009:74).

Os patrimônios culturais que se preservam no Brasil são, em sua maioria, ligados ao período colonial brasileiro. Os patrimônios tombados são também, principalmente, edificações, conjuntos arquitetônicos, monumentos, etc., e são bens geralmente ligados à elite branca brasileira.

O antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves, faz uma crítica ao processo de tombamento no Brasil, toma as práticas de conservação, proteção, como um discurso da nação fortemente presente nas sociedades modernas. Portanto, um discurso politizado com ideais nacionalistas, ligado à idéia de construção de uma identidade nacional, por meio da questão do patrimônio cultural.

Os "discursos do patrimônio cultural", presentes em todas as modernas sociedades nacionais, florescem nos meios intelectuais e são produzidos e disseminados por empreendimentos políticos e ideológicos de construção de "identidades" e "memórias" [...] (GONÇALVES, 2007:141).

Em relação ao "gênero do discurso" afirma:

[...] meu objetivo é trazer a sugestão de interpretar os discursos do patrimônio cultural como narrativas. Narrativas organizadas ora em torno do princípio da “monumentalidade”, ora segundo o princípio do “cotidiano”. Esses princípios são usados em estratégias que se opõem dialeticamente, podendo coexistir em uma mesma narrativa. (GONÇALVES, 2007:143)

Neste contexto de críticas à forma e à função do patrimônio cultural, que se passa a adotar uma idéia mais ampla de patrimônio cultural, no Brasil. Isto acontece com a homologação do decreto 3551/2000¹, que passa a proteger por meio do registro as manifestações culturais ditas imateriais ou intangíveis.

[...] não há dúvidas de que essa ampliação no conceito de patrimônio cultural contribui para aproximar as políticas culturais dos contextos multiétnicos, multireligiosos e extremamente heterogêneos, que caracterizam as sociedades contemporâneas. (FONSECA, 2003:71).

3.2- POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Castriota, a noção de patrimônio cultural vem, ao longo dos anos, sofrendo modificações, pela presença mais definitiva da Antropologia dentro daquilo que se categoriza como patrimônio cultural. “Nesse processo, a noção de cultura deixa de se relacionar exclusivamente com a chamada cultura erudita, passando a englobar também as manifestações populares e a moderna cultura de massa.” (CASTRIOTA, 2009:85)

A ampliação do conceito de patrimônio cultural conseqüentemente gerou novas ferramentas de preservação e conservação, principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, com os artigos 215 e 216 que referem-se a proteção do patrimônio cultural brasileiro, outra ferramenta é a lei de patrimônio cultural imaterial, que foi promulgada no Brasil no ano de 2000.

¹ Antes do decreto 3551/2000, havia projetos e trabalhos para salvaguardar os bens imateriais. Principalmente na gestão de Aluisio Magalhães no IPHAN nas décadas de 70 e

O órgão responsável pela proteção dos patrimônios culturais, até os anos 50\60, só o fazia por meio do tombamento. Com as transformações políticas e econômicas ocorridas no Brasil, como a industrialização, a construção de Brasília, o órgão como SPHAN (agora IPHAN), começou a priorizar o histórico e não somente o artístico, tendo as cidades mineiras como modelo. Neste período há também um crescente sentimento nacionalista, o que influencia os patrimônios culturais, relacionados com o simbólico, com a construção da identidade nacional.

A lei 25\37 se limita a preservar apenas os monumentos, não indo muito além, esta mudança só ocorre nos anos 90, segundo Fonseca, é nesta década que há uma discussão mais densa do que é o patrimônio e ela vai além dos monumentos, propondo a proteção e a salvaguardadas manifestações culturais - os ritos, os modos de fazer, os lugares, as festas e celebrações, as expressões - portanto, os patrimônios imateriais. Foi no ano de 2000, quando Fernando Henrique Cardoso, então presidente do Brasil, promulgou a Lei 3551\2000, que a questão de proteção dos patrimônios deixou de estar limitada aos bens de “pedra e cal”. Este decreto é mais inclusivo e democrático, esta mudança ocorreu também por causa da população, que não se reconhecia nesses patrimônios tombados nas décadas passadas.

O Decreto-Lei 3551\2000 institui o

...Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

Art. 1o *Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.*

§ 1o *Esse registro se fará em um dos seguintes livros:*

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2o A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3o Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Mas, no Brasil, os bens protegidos geralmente eram aqueles descritos nos incisos IV e V do artigo 216 da constituição brasileira, pois durante décadas o tombamento foi o único instrumento legal para se fazer a proteção de um bem no país. Até o decreto 3551/2000, manifestações culturais acabavam sendo excluídas de qualquer tipo de política de proteção.

O artigo 216 da Constituição Federal brasileira define patrimônio cultural como:

bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O decreto 3551/2000 de proteção ao patrimônio imaterial passa a incluir

manifestações culturais, bens relacionados a grupos antes excluídos, como os negros e os indígenas. O decreto amplia não apenas a noção de bens culturais, como a própria política de proteção, que passa a incluir outros instrumentos para a promoção e salvaguarda do patrimônio, que não apenas a preservação por meio do tombamento. Retoma-se o que Mário de Andrade havia proposto no início da formulação do SPHAN, e que fora de certo modo retomado por Aluísio Magalhães nas décadas de 1970/80.

Passando, assim, a fazer o registro de bens imateriais ou intangíveis, ampliando a proteção de bens culturais, antes voltada para uma proteção por meio do tombamento e restrita a bens culturais em forma de edificações ou obras de arte.

Um ponto levantado por Fonseca é que o patrimônio cultural imaterial é relativo, portanto devemos ter cuidado ao fazer o registro do bem cultural, pois a cultura imaterial contém particularidades e, portanto, ao fazermos a salvaguarda de um bem imaterial devemos levar em consideração todas as relações em que este bem esteja envolvido.

Para interpretarmos as particularidades de um bem cultural seja ele imaterial ou material, podemos utilizar a noção de *referência cultural*, na qual, não se deve apenas levar em consideração o valor histórico e artístico dos patrimônios, mas também a realidade econômica e social, isto é, considerar todo o contexto tanto cultural quando sócio econômico da sociedade em que o patrimônio ou bem histórica esta inserido

Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não tem um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados.(FONSECA, 2000:112)

Fonseca também questiona a prática de promoção dos patrimônios culturais, tal como ela vem ocorrendo no Brasil;

[...] fica claro que a elaboração e a aplicação de instrumentos legais, como o tombamento, não são suficientes para assegurar que um bem venha a cumprir efetivamente sua função de patrimônio cultural junto a uma sociedade. É necessária uma constante atualização das políticas específicas, tanto mais se tais políticas desenvolvem-se num contexto democrático (FONSECA 2003:67).

Paralelamente no Brasil, nas últimas décadas vem se implantando, principalmente nos municípios, conselhos consultivos, gestores, orçamento participativo, isto é, um maior envolvimento da população e dos movimentos sociais nas decisões do município. (CASTRIOTA, 2009)

Na cidade de Belo Horizonte desde o final da década de 80, se instalarão os conselhos consultivos, o orçamento participativo e, em um momento no início da década de 90, tivemos o movimento negro atuando de forma mais intensa na Prefeitura de Belo Horizonte, com a sua presença na então Secretaria Municipal de Cultura.

Em Belo Horizonte, esta política se consolidou mais recentemente com a promulgação da LEI Nº 10.2570/ 2001 :

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

No ano de 1993, na gestão de Patrus Ananias, a Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte organiza o Inventário de Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte (IPUCBH), este projeto continuou pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no ano de 1994. Este projeto tentou ampliar o conceito de patrimônio e também ampliar os meios de preservação e proteção dos bens culturais, alinhados com as políticas de desenvolvimento urbano. Foram escolhidos quatro bairros de Belo Horizonte para fazerem parte deste projeto, que foram os bairros da Floresta, Lagoinha, Primeiro de Maio e a Região da Avenida Raja Gabaglia.

Para isso, procurou-se desenvolver uma metodologia de diagnóstico urbano, que permitisse tanto entender e registrar minuciosamente as áreas estudadas, quanto propor alternativas de políticas de desenvolvimento, compatíveis com as suas especificidades. Associando pesquisa documental e trabalho de campo, o IPUCBH elabora então, diagnóstico das localidades estudadas, a partir de seus aspectos arquitetônicos, históricos, sociológicos, antropológicos e econômicos, numa tentativa de criar um instrumento que, ao mesmo tempo consiga registrar o patrimônio urbano e cultural em seu sentido mais amplo e possa servir de base para um planejamento mais cuidadoso, que leva em consideração as particularidades e identidades próprias dos diversos 'pedaços' da metrópole. (CASTRIOTA, 2009:194).

As políticas de proteção de patrimônio cultural estão vinculadas à questão da construção da identidade nacional, mas já que estamos discutindo o patrimônio cultural na esfera municipal, a questão central do meu trabalho é a construção da identidade belorizontina. A ampliação do que se entende como patrimônio cultural nacional implica em novos atores e também em novas ferramentas de proteção e salvaguarda de bens culturais que vão, além do tombamento.

3.3- A CULTURA NEGRA E O PATRIMÔNIO CULTURAL

Somente nos anos 80 que o IPHAN começa a questionar a política acima descrita e elaborar uma política de patrimônio que amplia o espectro de valores, deixando de restringir o patrimônio brasileiro a monumentalidades.

Foi apenas no ano de 1985 que o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), tombou o primeiro Terreiro de Candomblé “ILÊ AXÉ IYÁ NASSÔ”, mais conhecido como “Casa Branca do Engenho Velho”, mas o tombamento só ocorreu porque houve muita pressão de artistas baianos, do movimento negro e de acadêmicos como Ordep Serra e Gilberto Velho - este último, membro do conselho deliberativo do IPHAN - para que o Estado reconhecesse o Terreiro de Casa Branca como um bem cultural, com mais de 150 anos de existência, que faz parte da memória e da construção da identidade cultural brasileira.

Gilberto Velho foi um dos intelectuais que participaram do movimento de apoio ao tombamento do Terreiro de “Casa Branca” e também foi um dos relatores do tombamento do terreiro. No seu artigo “Patrimônio, negociação e conflito”, Velho relata a divisão dentro do SPHAN (antiga denominação do IPHAN), pois alguns membros eram contra o tombamento do terreiro de “Casa Branca”. “Vários de seus membros consideravam desproposital e equivocado tomar um pedaço de terra desprovido de construções que justificassem, por sua monumentalidade ou valor artístico, tal iniciativa” (VELHO 2006: 237). Para esses membros, o patrimônio cultural estava relacionado com grandes edificações que representam a memória e a identidade nacionais.

Para as pessoas que queriam o tombamento do Terreiro de “Casa Branca”, o tombamento representava o valor simbólico e a sacralidade do terreiro, pois ele existia já há mais de 150 anos (VELHO, 2006:238).

Maria Cecília L. Fonseca, em seu texto “Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”, faz uma discussão da política de patrimônio no Brasil, pois, segundo ela, a preservação do patrimônio cultural esteve voltada mais para os bens de origem européia e/ou portuguesa, os ditos monumentos de pedra e cal. As mudanças nas políticas de patrimônio só

ocorrem após a publicação do Decreto 3.551/2000.

Outro autor que faz uma crítica à questão de como ocorriam os processos de salvaguarda dos patrimônios culturais no Brasil é Pedro Paulo Funari. Segundo ele, quem “descobre” os bens culturais no Brasil são artistas ou arquitetos, mas quem deveria exercer esse papel são os arqueólogos e os historiadores

Para o povo, há, pois, um sentimento de alienação, como se sua própria cultura não fosse, de modo algum, relevante ou digna de atenção. [...] O resultado de uma sociedade baseada na escravidão, desde o início houve sempre dois grupos de pessoas no país, os poderosos, com sua cultura material esplendorosa, cuja memória e monumentos são dignos de desdém e desprezo. (FUNARI 27:2001).

Atualmente, o IPHAN fez outros tombamentos de Terreiros de Candomblé, esses tombamentos ocorrem depois dos anos 2000, precisamos nos perguntar se houve uma mudança de postura das instituições (federais, estaduais e municipais) em relação à memória e a identidade cultural brasileira.

Portanto o patrimônio cultural no Brasil ainda está voltado para as grandes monumentalidades que representam a classe dominante, os tombamentos dos terreiros de candomblés rompem com esta representação, mesmo que tardiamente, apesar de que esses processos de tombamento somente foram feitos após algum tipo de pressão política ou de movimento em prol da defesa da cultura e da tradição afro-brasileira.

3.3.1- MOVIMENTO NEGRO EM BELO HORIZONTE

No Brasil, os movimentos sociais e populares tiveram presente, mas início na década de 50 do século XX devemos destacar as chamadas ligas camponesas, mas os movimentos sociais e populares cresceram na década de 70 do século passado.

Os movimentos sociais lutam contra a desigualdade social e econômica brasileira, buscam uma maior representação política, e conseqüentemente mudaram o cenário político brasileiro. Estão em constante luta por seus direitos. Segundo Cardoso, os movimentos populares e negros surgiram de maneira mais organizada na década de 70.

A característica mais importante dos movimentos populares era a sua diversidade e as suas formas diferenciadas de expressão, histórias e experiências. Organizando-se a partir do local de trabalho ou de moradia, segundo alguma questão específica ou algum princípio comunitário, os movimentos repudiam a forma instituída da prática política – vista como manipulação – e privilegiam as ações diretas para manifestar a sua vontade política (CARDOSO, 2002:14).

O movimento negro surgiu junto com outros movimentos sociais e populares. O movimento negro até hoje luta contra a desigualdade social e econômica, pela construção da identidade negra dentro da sociedade brasileira, e pela não discriminação racial, contra a violência que o negro sofre no Brasil.

Enquanto movimento social, o movimento negro é um processo constante de organização de forças culturais e sociais bastante heterogêneas em torno de um projeto histórico. Para efetivar-se a si mesmo, o Movimento Negro está situado dentro de um jogo dialético: negação, construção e afirmação permanente da identidade racial. (CARDOSO, 2002:18).

Segundo Cardoso, o Movimento Negro em Belo Horizonte é constituído por vários grupos, entidades e organizações sociais, religiosas, que tem um objetivo em comum, que é a luta contra o racismo e o reconhecimento da cultura negra como parte da identidade cultural nacional e belorizontina.

O projeto arquitetônico da construção de Belo Horizonte é uma amostra da segregação social, econômica e racial que está enraizada na sociedade brasileira. Os negros tiveram um papel na construção da cidade de Belo Horizonte, mas quando chegou a hora de habitar a cidade, foram colocados

nos bairros que ficam fora do limite da Avenida do Contorno.

Desde sua construção a cidade de Belo Horizonte marginalizou o negro, a cultura negra esteve e está presente na cidade, por meio dos grupos de congadeiros, do candomblé e da umbanda, pela capoeira e pelos grupos de dança afro-brasileiros, entre diversos outros.

Nos anos 80 do século XX, a cidade de Belo Horizonte construiu o monumento dedicado a Iemanjá, que fica localizado no Conjunto Arquitetônico da Lagoa da Pampulha, que é símbolo do desenvolvimento econômico não apenas da cidade, mas do país. A construção desse monumento num dos cartões postais da cidade mostra uma ruptura com as políticas culturais de Belo Horizonte, que é voltado para uma elite branca e católica em sua maioria. Outra ruptura acontece mais de 10 anos depois, com os tombamentos do terreiro de candomblé “Ilê WopoOlojukan” e com o congado “Irmandade Nossa Senhora do Rosário do Jatobá”.

Os movimentos sociais negros reivindicam o reconhecimento da sua ocupação no espaço físico da cidade de Belo Horizonte, portanto, quando a Secretaria Municipal de Cultura escolheu dois símbolos da cultura negra presentes na cidade para tombamento, reconheceu a participação da cultura negra na construção da identidade cultural de Belo Horizonte.

Esta foi uma conquista grande para os Movimentos Sociais Negros, mas essa conquista não ganhou tanta visibilidade quanto outros monumentos ou edificações voltadas para a elite brasileira, que foram tombados por órgãos municipais, estaduais ou federais.

Nessa perspectiva, o Congado, a umbanda, o candomblé, as escolas de samba, os grupos de capoeira e da dança afro-brasileira, as organizações da juventude negra, os movimentos sociais da comunidade negra são as mais expressivas marcas da resistência cultural e religiosa e de afirmação política do povo negro presente no território da cidade de Belo Horizonte. (CARDOSO, 2002: 149).

Portanto, os Movimentos Sociais Negros em Belo Horizonte, que surgiram no final dos anos 70 do século XX, até hoje lutam contra o racismo e a desigualdade social e econômica, e pelo reconhecimento do seu papel cultural e social na construção da identidade e memória da sociedade brasileira.

4. O ILÊ WOPO OLOJUKAN

4.1 O candomblé

Neste capítulo pretendo tratar da história do terreiro “Ilê Wopo OLojukan”, e início fazendo uma pequena síntese do culto do candomblé, pois este trabalho discute o tombamento de um terreiro de candomblé da nação Ketu na cidade de Belo Horizonte.

A prática da religião do Candomblé foi introduzida no Brasil pelos escravos negros trazidos à força do continente africano, para atender à necessidade de mão de obra no território que viria a constituir o Brasil, então colônia portuguesa. O tráfico negreiro no Brasil começa no início do século XVI, para suprir a demanda de mão de obra na produção de bens exportáveis do Brasil colonial.

Os africanos que chegaram ao Brasil vieram de várias partes do continente africano e também pertenciam a vários grupos étnicos diferentes, portanto os africanos eram retirados de suas sociedades e introduzidos em uma nova dinâmica econômica e social.

Os negros introduzidos no Brasil pertenciam a civilizações diferentes e provinham das mais variadas regiões da África. Porém, suas religiões, quaisquer que fossem, estavam ligadas a certas formas de família ou de organização clânica, a meios geográficos especiais, floresta tropical ou savana, a estruturas aldeãs e comunitárias. O tráfico negreiro violou tudo isso. E o escravo foi obrigado a se incorporar, quisesse ou não, a um novo tipo de sociedade baseada na família patriarcal, no latifúndio, no regime de castas étnicas. (BASTIDE, 1971:30).

Uma parcela considerável dos negros trazidos para o Brasil pertencia à cultura Yorubá, esta que está situada na região da África Ocidental.

A prática do candomblé consiste no culto e nas oferendas e cânticos aos

orixás que são entidades de luz ou de energia, tendo como Deus supremo o Olorum, o criador. “Os orixás ocupam, numa estrutura hierarquizada do cosmo, o lugar mais elevado. Não são, pois, seres que desaparecem, são seres que continuam agindo sempre” (BASTIDE, 2001:187). Existem vários orixás, os mais populares dentro do candomblé de ketu são os seguintes; Xangô, Iansã, Oxum, Iemanjá, Oxossi, Nanã, Omulu, Ibeji, Ogum, Oxumaré, Obá, Ossaim, Oxalá, Exu, entre outros.

No Brasil se pratica pelos menos três tipos de candomblé, isto é, três tipos de nação, a de *Ketu*, a de *Angola* e a de *Jeje*. O candomblé é altamente hierarquizado e o cargo mais alto dentro do candomblé é o de pai de santo (babalorixá) ou mãe de santo (ialorixá), num terreiro de candomblé só pode ter um pai ou mãe de santo, é este cargo que rege o terreiro.

No candomblé de Ketu possui vários cargos, todo terreiro possui uma mãe ou pai pequeno, que são pessoas que tem mais de sete anos de iniciação no candomblé, sua função é ajudar o regente do terreiro e aconselhar os membros da casa. Podemos destacar dois cargos que estão abaixo do regente do terreiro que são as *Ekedis* (que são cargos que apenas as mulheres podem ocupar), sua função consiste na preparação dos rituais e também ajuda na funcionalidade do terreiro, há também os *Ogãs* (cargo ocupado por homens) são os que tocam os instrumentos nas festas e nos ritos.

Roger Bastide, em seu livro “O candomblé da Bahia”, no qual discute vários pontos pertinentes do candomblé, desenvolve um capítulo em que faz uma discussão mais profunda da estrutura da hierarquia no candomblé, mais especificamente do que ele chama dos quatro compartimentos cosmológicos do candomblé.

Bastide trata das *ialorixás* ou dos *babalorixás* e da autoridade deles dentro de uma casa de candomblé durante todo o livro, portanto, “os babalorixás são chefes de terreiros e de uns grupos de filha de santo” (BASTIDE, 114:2001). Neste capítulo, o autor foca mais a disputa de poder e/ou de autoridade que existia entre os babalorixás e os babalaôs, isto é, era uma disputa para ver

quem tinha uma posição mais alta na hierarquia sacerdotal do candomblé.

Esse autor também faz uma conclusão do que ele chama dos quatro compartimentos dos cosmos, na qual ele expõe a hierarquia existente dentro do candomblé. Primeiro, ele discute a divisão dos cargos enquanto uma questão de gêneros, o cargo de quem preside o culto aos orixás é geralmente de ialorixás, pois as filhas de santo estão em maior número e as casas mais tradicionais de candomblé são dirigidas por mulheres (ialorixás), mas os cargos de babalaô, babalossain e babaojé são posições ocupadas pelos homens.

Para Bastide, esta divisão de gênero é o reflexo do mundo dividido em duas partes, a dos deuses e da criação. É que os orixás transcendem o mundo da criação e se comunicam por meio do transe e do jogo de adivinhação (jogos de cartas e de búzios entre outros).

O autor faz uma análise sociológica do indivíduo e sua relação com o orixá, assim cada indivíduo tem o seu orixá, isto é, a história de cada indivíduo que é interpretada pelos babalaôs.

Outra análise feita por Bastide é a da correspondência, sendo que cada orixá corresponde a um elemento da natureza ou a distintas partes do corpo humano. Cada orixá, por exemplo, corresponde a uma planta, a erva rosmaninho corresponde a Oxalá, por causa do perfume.

Bastide também faz uma análise análoga do sistema de classificação formulado por Mauss e Durkheim (Alguma forma primitiva de classificação, 1996), na qual esses autores classificam os clãs de acordo com sua organização social, Bastide faz uma classificação dos orixás, mas uma classificação religiosa, e não sociológica.

Por último, Bastide discute a multiplicidade dos orixás, não existe apenas um Oxalá, ou um Xangó, mas sim, doze tipos de Xangó, e cada uma dessas subdivindades têm uma função.

No estado da Bahia foi onde se concentrou o maior número de terreiros de candomblés. O terreiro mais antigo do Brasil, cuja fundação ocorreu no ano de

1830, está localizado na cidade de Salvador /BA, é o *Ilê Axé Iyá Nassô Oká* de nação Ketu. Ele é mais conhecido pelo nome de *Casa Branca* ou *Candomblé do Engenho Velho*, que no ano de 1986 foi tombado como Patrimônio Cultural Nacional pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e inscrito nos livros de tomo: Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro Histórico.

4.2- O terreiro *ILÊ WOPO OLOJUKAN*

O terreiro *Ilê Wopo Olojukan* foi fundado por seu Carlos de Olojukan no ano de 1964, na cidade de Santa Luzia no bairro São Benedito, que fica na região metropolitana de Belo Horizonte. O terreiro mudou de localização mais de uma vez, até se fixar no atual endereço, que fica no bairro Aarão Reis, na região norte de Belo Horizonte.

A área do terreiro tombada como patrimônio cultural possui um total de 2004 m², que contém várias construções físicas e uma área de mata. O terreiro fica localizado na regional norte de Belo Horizonte, em um terreno acidentado, que foi dividido em duas partes com diferentes objetivos.

Ao chegar à frente do imóvel em questão, você identifica as duas partes. Ao lado direito estão várias construções (casas e lojas), que têm 986 m² de área construída, de acordo com o dossiê do processo de tombamento do terreiro *Ilê Wopo Olojukan*.

No lado esquerdo, mais ao fundo do terreno, fica a entrada do terreiro, ao entrar você localiza do seu lado esquerdo 6 casinhas ou assentamentos de orixás (ver foto 1 e 2), do seu lado direito tem duas casas, nas quais moram alguns membros do terreiro (ver foto 3), e ao fundo está o barracão, como é chamado o local onde se celebram os cultos de candomblé (ver foto 4).



FOTO 1: ACERVO PBH DOSSIE



FOTO 2: ACERVO PBH DOSSIE



FOTO 3: ACERVO PBH DOSSIE

O barracão consiste em um grande salão, lugar onde acontecem as celebrações e cultos, que pode acomodar até cem pessoas. O salão é ornamentado com cadeiras de plástico, há algumas cadeiras de madeira para os membros que possuem os cargos mais altos dentro da hierarquia do candomblé, há atabaques e objetos sacralizados pelo candomblé. No centro do teto do salão está o assentamento do axé.



FOTO 4: ACERVO PBH DOSSIE

Nos fundos do salão há uma porta que dá acesso aos quartos, que são utilizados para guardar as indumentárias e adornos que se fazem uso nas celebrações. Um desses quartos é a camarinha, local onde membros iniciados ou que vão ser iniciados ficam reclusos, não há camas, apenas colchões e esteira de palha. Este espaço ainda tem um banheiro simples para quem fica recluso.

Ao centro do salão tem uma escada, subindo essa escada fica a casa do babalorixá. Descendo essa escada fica uma cozinha ampla e banheiros, que dá também acesso a um enorme quintal que tem árvores e assentamentos de mais orixás. “O espaço denominado ‘mato’ ocupa toda a área posterior do terreno, onde se encontram as árvores sagradas. Ao centro, numa frondosa mangueira, o assentamento da árvore sagrada com a bandeira de Tempo: um mastro alto, com uma bandeira branca, por sobre a copa da árvore.” (PROCESSO N 010915349580- 1995:37)

O Sr. Carlos de Olojukan, que fundou o terreiro e foi o regente da casa da fundação até sua morte, no ano de 1997, nasceu no Estado da Bahia. De acordo com as entrevistas realizadas e pelos documentos anexados ao dossiê do tombamento do terreiro, foi iniciado no candomblé de Ketu ainda na Bahia.

O Ilê Wopo Olojukan tem atualmente cerca de 50 membros ou praticantes do candomblé, que realizam os cultos aos orixás, alguns desses membros freqüentam o terreiro desde a sua fundação. Há também membros que abriram seus próprios terreiros

Como no candomblé de Ketu não há cultos abertos para pessoas não praticantes da religião, não tive muito contato com os membros do terreiro. Exceto pela mãe pequena da casa, Dona Marlene, e pela Ekedí da casa, que se chama Denisia.

Conversei e entrevistei o atual regente da casa ou pai de santo Sidney de Oxossi, que me relatou sua trajetória até se tornar o babalorixá do “Ilê

WopoOlojukan”, e também me contou um pouco da sua história pessoal.

Segundo o relato de Sidney, ele foi iniciado por um filho de santo de Carlos Olojukan há mais ou menos 25 anos atrás, para ele o candomblé lhe trouxe as respostas que as religiões que ele freqüentou antes não conseguiram responder. O Sr. Carlos de Olojukan, antes de morrer, teria jogado os búzios para ver quem os orixás lhe indicavam como seu sucessor, e os orixás escolheram Sidney D’Oxossi, apesar de ser, então, um membro novo no terreiro. O Sr Carlos deixou tudo organizado para ele assumir o posto após a sua morte.

Sidney D’Oxossi também relatou que após a morte de seu Carlos de Olojukan, houve um ritual de Axêxê, que constitui numa cerimônia religiosa fúnebre, que acontece após sete dias da morte de um iniciado no candomblé. Neste caso, quem morreu era o babalorixá da casa, então após este ritual fúnebre, aquele que fora escolhido o novo babalorixá da casa fechou o terreiro durante um ano, e só após este intervalo de um ano o terreiro pode voltar a funcionar normalmente. Mas o terreiro ficou fechado mais de um ano, porque Sidney D’Oxossi ficou na dúvida se assumiria ou não o posto de babalorixá, pois havia uma parcela dos membros do terreiro que não queria que ele assumisse como o posto.

O processo de tombamento ocorreu no ano de 1995, o babalorixá da casa era ainda seu Carlos Olojukan, que tinha interesse em que o terreiro fosse tombado, para assegurar a continuação do terreiro após sua morte. Segundo Sidney, o terreno onde está localizado o terreiro “Ilê Wopo Olojukan” foi alvo de disputa de seus herdeiros. Por isto, Sr. Carlos de Olojukan procurou a secretaria municipal de cultura ao saber do projeto do “Tricentenário de Zumbi dos Palmares”, teria partido dele o interesse de preservar e proteger o terreiro.

Perguntei a Sidney D’Oxossi se ele participou das reuniões com a Secretaria Municipal de Cultura, ele me disse que participou de algumas, mas quem estava à frente era seu Carlos de Olojukan. Sidney D’Oxossi também me disse que quem deu consultoria para a Secretaria Municipal de Cultural foi Geraldo

André da Silva, que também é babalorixá, mas de candomblé de Angola de um terreiro que fica no município de Santa Luzia. Este teria interesse em que o terreiro tombado fosse o de sua mãe de santo, mas não conseguiu, pois a mãe de santo não teria conseguido comprovar sua senhoria de iniciática.

Carlos de Olojukan teria conseguido provar sua senhoria de iniciática, pois foi registrado na Federação Baiana do Culto Afro Brasileiro e consta no registro da FEBRACAN que o Sr Carlos de Olojukan ,foi iniciado no candomblé de ketu no ano de 1958.

Há também uma versão de que não foi somente por este motivo que escolheram o “Ilê Wopo Olojukan”, para ser tombado, mas também pelo fato de que, desde sua fundação, sempre foi um terreiro de candomblé, não tendo sido, em momento algum, um terreiro de umbanda que depois passara a ser de candomblé.

Neste dia, ele me convidou para a festa de Oxóssi – orixá do seu Carlos de Olojukan, que aconteceria no dia 26 de abril de 2014. Essa festa acontece todos os anos. Na parte da manhã, há uma missa para celebrar São Jorge - que no sincretismo religioso corresponde a Oxóssi e Olojukan -, e à noite há uma festa para celebrar o orixá.

Eu fui apenas à missa, que estava marcada para ser celebrada às nove e meia da manhã do sábado (dia 26/04/2014), mas que começou por volta das onze horas da manhã. A missa foi celebrada por um padre dentro do terreiro, mas do lado de fora do barracão, em respeito aos orixás. A missa ocorreu em frente à casa de São Jorge, no terreiro há cinco casinhas dedicadas aos orixás e uma destas é de São Jorge.

Ao começar a missa, o padre anunciou que um padre da paróquia da região nordeste de Belo Horizonte, iria acompanhá-lo na missa. Na missa dedicada a São Jorge foram lidos trechos da bíblia e cantados hinos de louvor. O padre distribuiu a hóstia para quem quisesse comungar.

Após a missa, fomos convidados a entrar no barracão, pois Oxossi viria

abençoar a comida do café da manhã. Na porta do barracão, havia duas mulheres que nos davam permissão para entrar no barracão, após aspergir em nós um tipo de óleo e nos fazer passar por um defumador.

Quando entrei no barracão, as filhas da casa e outras mulheres estavam numa roda de xirê ao fundo, três homens tocavam o atabaque, e alguns minutos depois veio Oxossi incorporado no babalorixá, que estava em transe. Esta roda durou em torno de meia hora, havia cinco mulheres na roda e o pai de santo incorporado, sua filha de santo estava com um sino na mão e puxando a roda, a roda se desfez quando o pai de santo, ainda incorporado, foi recolhido para um quartinho.

Então a comida foi oferecida a todos os presentes. Após algum tempo o pai de santo retornou, mas não mais incorporado. Neste momento todos comem e conversam. Esta interação durou por volta de uma hora, as pessoas começaram a ir embora e alguns membros do terreiro começaram a recolher e a limpar o barracão para preparar para a festa que iria acontecer à noite.

No ano de 2015 também tive a oportunidade de assistir à missa em homenagem a Oxossi e a São Jorge, como também assistir à celebração que ocorre à noite, esta celebração é aberta ao público e é uma das poucas vezes que os não praticantes do candomblé têm acesso aos cultos e suas celebrações aos orixás.

A festa começou por volta das dez horas da noite, havia bastante gente presente, um público bem maior que na missa, que tinha sido celebrada na parte da manhã. Quando cheguei a festa já tinha começado e os tambores já estavam sendo tocados e podiam ser ouvidos de longe.

As pessoas estavam que estavam dentro do barracão e que não iam participar do xirê faziam uma grande roda para ver o xirê, as pessoas que estavam participando do xirê eram o pai de santo do terreiro, havia também outros pais de santo, pessoas da hierarquia mais alto do terreiro e membros de outros terreiros.

Todos os participantes do xirê estavam com vestimentas que representava um orixá, as vestimentas eram riquezas em detalhes e muito bem-feitas e todos usavam acessórios e todos os participantes estavam incorporados. Durante todo o xirê os tambores não param de tocar, são cantados vários cânticos e os participantes dançam ao som dos tambores e cânticos.

O xirê dura umas cinco horas, há um intervalo de quarenta minutos, quando o xirê acaba é servido um jantar para todas as pessoas presentes, há uma fartura muito grande de alimento, durante o jantar as pessoas se confraternizam e duas horas depois as pessoas começam a ir embora.

Esta festa é muito bonita, sendo uma ocasião que celebra-se uma divindade importante para ao terreiro Ilê Wopo Olojukan, neste caso, Oxossi. É acima de tudo uma festa religiosa e, portanto, rica em relação a simbólicos e seus significados.

5- O PATRIMÔNIO CULTURAL EM BELO HORIZONTE E O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO TERREIRO ILE WOPO OLOJUKAN

5.1. A política de patrimônio cultural na Prefeitura de Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte no início da década de 90 do século XX, ainda estava se adaptando ao processo de redemocratização do Brasil, que tinha ficado durante 20 anos sob o regime militar. O primeiro prefeito, após o final da ditadura militar, a ocupar a prefeitura de Belo Horizonte foi Sérgio Mario Ferrara, do PMDB (Partido do Movimento Democrático do Brasil), seu sucessor foi Pimenta da Veiga, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), que renunciou para concorrer ao cargo de Governador do Estado de Minas Gerais, mas perdeu a eleição. O substituto de Pimenta da Veiga foi Eduardo Azeredo, também filiado ao PSDB.

Durante a gestão do PSDB na prefeitura de Belo Horizonte, foi implantado o projeto de conselhos comunitários, que passaram a funcionar dentro das regionais como instância de participação – embora **restrita**

Os Conselhos Populares passam a se desenvolver em Regionais onde já havia uma tradição de participação popular. Nesta época, as ações do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte decolam depois de cinco anos (1984-1989), sem grande expressão no cenário belo-horizontino, apesar de não se configurar como um movimento popular permite a participação, mesmo que como ouvinte da população em geral. (LOTT, 2005: 54, 55).

Na gestão de Patrus Ananias do PT (Partidos dos Trabalhadores), houve abertura para que a população belo-horizontina se envolvesse e participasse das decisões junto aos órgãos administrativos municipais. Entre os projetos estavam a implantação do orçamento participativo e a presença do movimento negro da Secretaria Municipal de Cultura.

A vitória eleitoral da Frente Democrática e Popular e sua chegada à frente da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em 1993, permitiu que a partir do trabalho

desenvolvido pelos militantes do Movimento Negro, mesmo que poucos e ainda nos escalões inferiores da hierarquia de poder da Administração Municipal; propicia o início da discussão de projetos em torno de políticas públicas voltadas para a população negra com vistas a produzir visibilidade para a comunidade negra e sensibilizar o poder público como parceiro na luta de combate ao racismo. (CARDOSO, 2002:207).

No período da gestão de Patrus Ananias na Prefeitura de Belo Horizonte, é que se propõe o projeto Tricentenário de Zumbi dos Palmares e que se tomba o terreiro “Ilê Wopo Olojukan” e o congado “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá”. Esse projeto também realiza festas e seminários para celebrar o tricentenário de Zumbi dos Palmares.

5.1.1- Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte

A então Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, desde a sua criação até o seu encerramento passou por várias gestões e teve sua estrutura remanejada várias vezes. Isto é, a cada nova eleição municipal, a gestão da secretaria mudava e, portanto, havia um fluxo funcionários que iam e viam, assim projetos ficam parados ou não tinham continuidade.

No ano de 2004, na primeira gestão de Fernando Pimentel (PT), como prefeito de Belo Horizonte, ocorre novamente uma reestruturação dos órgãos municipais, que encerra as atividades da Secretaria Municipal de Cultura. Pela Lei Nº 9011 de 1 de janeiro de 2005 se institui a Fundação Municipal de Cultura, que tem como finalidade a manutenção das políticas públicas voltadas para a cultura municipal.

5.1.2-Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município

O então prefeito de Belo Horizonte, Sergio Mario Ferrara, no ano de 1984,

decretou por meio da lei 3802/84, a criação de um órgão público, que teria como objetivo a proteção e a conservação de bens culturais do município, este que estaria ligada a então Secretaria Municipal de Cultura, hoje denominada Fundação Municipal de Cultura. O órgão foi chamado de Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município (CDPCM).

A criação do CDPCM se deu por causa das manifestações sociais que ocorreram nas décadas de 70 e 80 que defendiam o patrimônio natural e cultural da cidade de Belo Horizonte. (Andrade, 2008: 47)

O primeiro grito da sociedade em prol da preservação do patrimônio da cidade se deu na década de 1970 contra a ação dos padres responsáveis pela Igreja São José, localizada no centro de Belo Horizonte, que derrubaram parte do jardim no entorno da edificação para abrigar um conjunto de lojas. Em resposta à manifestação, o IEPHA/MG tombou a Igreja e seu entorno, bem como outros bens representativos da memória da época da construção da cidade. Na década seguinte, outro fator mobiliza novamente a sociedade, refletindo a necessidade de uma política preservacionista: a demolição do Cine Metrópole, em 1983.

Constituído no estilo art deco em 1942, no local que abrigava o antigo Teatro Municipal, de arquitetura eclética, inaugurado em 1908, o cinema foi demolido para a construção de um edifício contemporâneo que atualmente é a sede de um banco.

A destruição do Cine Metrópole serviu como catalisador para na instituição das políticas de proteção do patrimônio cultural da cidade. Após a mobilização de entidades civis encabeçadas pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil/MG- IAB, o CDPCM é criado. (LOTT, 2005: 65).

O decreto segue as mesmas linhas dos órgãos estaduais e federais de preservação e conservação, isto é, utilizando o tombamento como uma ferramenta e está sendo a única ferramenta que irá proteger e conservar um bem cultural.

Art. 1º - Constitui o patrimônio cultural do Município o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no seu território, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história, quer por seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico, artístico ou documental. (CÂMARA

Atualmente, o CDPCM está vinculado à Diretoria de Patrimônio Cultural, órgão que pertence Fundação Municipal de Cultura, o conselho é composto por membros da sociedade civil organizada e representantes do poder público. Na época de sua criação o conselho era composto por apenas nove membros, esta composição foi mudando durante as gestões municipais.

Os primeiros anos de atuação do conselho não trazem grandes resultados para a cidade, porém, com as alterações realizadas em 1989, sobretudo na ampliação do conselho, fruto de uma disputa política promoveu a ampliação de nove para quinze membros de diversas instituições, sendo assim o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município ganha maior expressão na cidade. (LOTT, 2005: 65).

No ano posterior ao que se criou a Fundação Municipal de Cultura e se dissolveu a Secretaria Municipal de Cultura, o Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, por meio do decreto 11981 de Nove de Março de 2005, reformou a composição do conselho, que está em vigor até hoje.

Art. 1º - O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte passa a ter a seguinte composição: I - Presidente da Fundação Municipal de Cultura - FMC, que o presidirá; II - 08 (oito) representantes do Município e respectivos suplentes, sendo 07 (sete) da Administração Pública Municipal e 01 (um) da Câmara Municipal de Belo Horizonte-CMBH; III - 08 (oito) representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, dentre profissionais de reconhecida atuação em atividades relacionadas ao patrimônio histórico-cultural ou nas áreas de Antropologia, Arqueologia, Arquitetura e Urbanismo, Artes Plásticas, Direito e História. § 1º - O Presidente do Conselho a que se refere o caput deste artigo será substituído, em suas faltas ou impedimentos, pelo Secretário Geral do Conselho ou Conselheiro por ele designado. § 2º - O Secretário Geral do Conselho será indicado pelo Prefeito, dentre os representantes da Administração Pública Municipal. Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. . (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2005a).

Desde a sua criação, o CDPCM tombou diversas casas, edifícios e jardins, que remetem à memória e a identidade da cidade de Belo Horizonte. Sempre utilizando o tombamento como sua única ferramenta e protegendo bens tangíveis. As medidas compensatórias para os bens tombados – “a isenção do IPTU, a transferência do direito de construir e a possibilidade de obter recursos para a restauração do imóvel, com recursos das leis de incentivo à cultura, deram maior legitimidade à política”. (ANDRADE, 2009: 52,53).

5.1.3 – O Patrimônio Cultural Imaterial em Belo Horizonte

A então Secretaria Municipal de Cultura possuía um departamento que se chamava GEVPI (Gerência de Valorização e Promoção do Patrimônio e das Identidades Culturais).

A GEVPI foi implantada no ano de 2000 e tinha como uma de suas funções a educação patrimonial. Esta gerência promoveu diversos seminários que tratam da educação patrimonial e da salvaguarda dos bens imateriais. Com destaque para uma parceria feita entre a GEVPI e o IPHAN, para um projeto que tinha como objetivo mapear bens intangíveis da cultura negra em Belo Horizonte.

As tradições escolhidas pela GEVPI para participarem do projeto foram: as capoeiras Angola, as Irmandades banto-católicas, os terreiros de Candomblé, os terreiros de Umbanda e as rodas de samba. Em um primeiro momento, a referida gerência está realizando o levantamento do número de bens a serem inventariados, para posteriormente seguir com o trabalho que culminará na inscrição dos bens no Livro de Registro do IPHAN. (LOTT, 2005: 69).

Mas, infelizmente, o projeto acabou não se realizando, pois no ano de 2004, a Secretaria Municipal de Cultura foi extinta, sendo criada a Fundação Municipal de Cultura, e a GEVPI foi encerrada também.

No ano mesmo de 2004, entretanto, se promulgou a Lei de nº 9000 de 29 de dezembro de 2004, a qual trata da salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial

do Município de Belo Horizonte, seguindo os mesmos princípios que as leis federais para a salvaguarda de bens intangíveis;

Art. 1º - Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural do Município. § 1º - São considerados bens culturais de natureza imaterial: I - os processos de criação, manutenção e transmissão de conhecimentos; II - as práticas e as manifestações dos diversos grupos socioculturais que compõem a identidade e a memória do Município; III - as condições materiais necessárias ao desenvolvimento dos procedimentos de que tratam os incisos I e II e os produtos de natureza material derivados. § 2º - O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial é o ato pelo qual a Administração Municipal reconhece a legitimidade dos bens culturais de natureza imaterial e promove a salvaguarda destes, por meio dos seguintes procedimentos: I - identificação; II - reconhecimento; III - registro etnográfico; IV - acompanhamento de seu desenvolvimento histórico; V - divulgação; VI - apoio; VII - outras formas de acautelamento e preservação. (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2004a)

O primeiro registro de Patrimônio Cultural Imaterial foi o Ofício de Lambe-Lambe, que ocorreu no ano de 2011. Portanto, desde a criação da lei até a salvaguarda de um bem cultural imaterial se passaram sete anos, para se aplicar uma política de promoção e salvaguarda de bens culturais imateriais.

Os processos de tombamento de bens materiais e de registro de bens imateriais são analisados uma vez por mês pelo CDPCM, instância decisória, todo trâmite burocrático e técnico passa primeiro pela Diretoria do Patrimônio Cultural, que pertence à Fundação Municipal de Cultura.

5.2 - PROJETO TRICENTENÁRIO DE ZUMBI DOS PALMARES

Foi na gestão de Patrus Ananias na Prefeitura de Belo Horizonte, ocorreu uma abertura política, na qual foram realizados projetos vinculados à cultura negra, como, por exemplo, o FAN (Festival de Artes Negra. É neste momento

que se propõe o projeto do tricentenário de Zumbi dos Palmares.

As comemorações dos 300 anos da imortalidade de Zumbi dos Palmares ensejou também a articulação e execução de projetos institucionais referentes à importância do patrimônio cultural da população negra na cidade de Belo Horizonte e iniciando um novo, conflituoso e rico processo de relação política entre o Movimento Negro e o Poder Público Municipal. (CARDOSO 2005: 206,207).

O ano de 1995 se comemorava os trezentos anos da morte de Zumbi dos Palmares. A secretaria planejou e executou o projeto Tricentenário de Zumbi dos Palmares², que tinha como finalidades promover eventos em toda a cidade.

Zumbi dos Palmares foi um importante personagem na história brasileira e símbolo da resistência à escravidão do negro no Brasil. A comemoração ao tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares aconteceu não apenas em Belo Horizonte como em outras cidades e Estados do Brasil durante o ano de 1995.

Em Belo Horizonte, a Secretaria Municipal de Cultura, em diálogo com o movimento negro, propôs várias atividades, congregadas no projeto “Tricentenário de Zumbi dos Palmares”. O objetivo era promover, ao longo do ano de 1995, eventos voltados para a cultura negra, e também demonstrar como as religiões de matriz africanas são importantes para a construção da identidade brasileira.

[...] o Projeto Tricentenário Zumbi dos Palmares e dentro deste o Festival de Arte Negra- FAN. Com o objetivo de discutir os problemas que deixavam a população negra à margem da sociedade brasileira e para integrar de forma, mais

² Zumbi dos Palmares que foi a mais importante personalidade de resistência negra a escravidão no Brasil colônia, apesar de ter nascido liberto, foi vendido como escravo. Zumbi nasceu na região da Serra da Barriga, onde estava localizado o quilombo dos Palmares, que surgiu no século XVII, formado por escravos fugidos da região. Mas por volta de 1612 o quilombo dos Palmares começa a se destacar- “o agrupamento cresceu continuamente, e a entrada dos holandeses em 1630 iria, em certo sentido, favorecer o assentamento de refugiados, pois os invasores e os portugueses estariam ocupados uns com os outros.” (FUNARI, 2005:11)

sistemática a comunidade negra nos discursos identitários construídos pela prefeitura, o FAN reuniu artistas e estudiosos da África e do Brasil para a realização de shows, oficinas, mostras de artes plásticas e cinema, conferências e seminários. (LOTT, 1995: 74,75).

Segundo Cardoso, o Projeto Tricentenário teve uma grande envergadura, abrangendo múltiplas iniciativas:

[...] o projeto Tricentenário de Zumbi dos Palmares, talvez, um dos maiores projetos desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura voltado para a população negra naquela gestão, tanto no que se refere ao montante de recursos orçamentários, quanto às atividades desenvolvidas. Com o objetivo de colocar em evidência a tal questão racial em Belo Horizonte, além das ações já citadas, foram também realizados, de maio a dezembro de 1995, cursos, debate, desfiles, exposições de artes plásticas e fotografia, mostras de cinema e vídeo, espetáculo de música, teatro, dança, oficinas, lançamento de livros e outras publicações, mobilizando mais de 150.000 pessoas, tanto nos palcos como na plateia. O Ciclo de Debates e o Curso 'Minha Terra tem Palmares' colocaram em evidência a presença e contribuição da cultura negra em Belo Horizonte, em Minas e no mundo. (CARDOSO, 2002:207-208).

Esse projeto tinha o apoio de diversas instituições ligadas ao movimento negro e das religiões africanas, que são o CENARAB (Centro Nacional da Africanidade e Resistência Afro-Brasileira), da COMCAN (Centro Mineiro de Candomblecistas) e do INTECAB (Instituto Nacional de Tradição e Cultura Afro-Brasileira) e também com o apoio da Casa de Cultura e Assistência Social dos Cultos Afro-Brasileiro Ogum Lode e Oxum.

A proposta do projeto era mostrar que a cultura e as religiões afro-brasileiras faziam parte da construção da identidade brasileira, advindo daí sua importância como um patrimônio cultural. Portanto, o tombamento de duas instituições religiosas que são símbolos da cultura negra e tomando como parte da construção da identidade não apenas belo-horizontina, como também da identidade nacional. Para tanto, foram escolhidos o terreiro de candomblé mais antigo da cidade - o "Ilê WopoOlojukan", e o congado "Irmandade de Nossa

Senhora do Rosário do Jatobá”.

5.3. O Tombamento do Terreiro “Ilê WopoOlojukan”

O tombamento do terreiro “Ilê WopoOlojukan”, conhecido também como *Deus mais do que tudo*, ocorreu no ano de 1995. Esse tombamento ocorreu durante o Projeto Tricentenário de Zumbi dos Palmares, que foi organizado pela então Secretaria Municipal de Cultura, hoje Fundação Municipal de Cultura. Esse projeto, como acima mencionado, tinha como destaque a memória e o patrimônio cultural do negro em Belo Horizonte.

No discurso dos técnicos da PBH, o Projeto Tricentenário Zumbi dos Palmares foi criado para reconhecer elementos identitários negros da cidade de Belo Horizonte. A escolha de uma comunidade banto-católica se mostrou representativa tanto para a comunidade negra quanto para Minas Gerais devido ao fato da ocorrência de cultos em homenagem a Nossa Senhora do Rosário datarem desde o início da colonização do território do atual estado de Minas Gerais.

Já a escolha de um terreiro de candomblé para ser oficialmente preservado refletiu a necessidade de combater o preconceito contra as religiões de raiz afro-brasileira, vendo as apenas como uma curiosidade, uma manifestação folclórica. (LOTT,2005: 77).

Para a escolha de um terreiro religioso de matriz africana que deveria ser tombado, foram estabelecidos alguns critérios, seria o mais antigo terreiro de Umbanda ou Candomblé fundado em Belo Horizonte, o terreiro não poderia praticar as duas religiões, portanto, se tombaria um terreiro “puro”, isto é, aquele terreiro que desde seu início praticara candomblé ou a umbanda e que em nem um momento havia praticado as duas religiões. Sendo entendido como terreiro mais antigo por senioridade iniciática, isto é, o regente do terreiro com mais anos de iniciado no candomblé ou na umbanda.

Começou ao longo do ano de 1995, quando foi montada uma equipe para fazer o mapeamento dos terreiros de Umbanda e Candomblé, para se definir qual seria o terreiro que viraria Patrimônio Cultural de Belo Horizonte.

A coleta de dados, tais como documentos, história oral, entrevistas com os praticantes das religiões de matriz africana, etc., foram realizadas entre os meses de agosto e setembro de 1995. Esses dados, de acordo com o processo de tombamento do terreiro “ILÊ WOPO OLOJUKAN”, estão arquivados no Centro de Referência de Cultura Negra (CRCN). Entretanto o CRCN nunca foi efetivamente implantado pela Secretaria Municipal de Cultura.

O projeto de criação do Centro de Referência da Cultura Negra – CRCN, uma das prioridades do Movimento Negro, definidas no período das comemorações dos 300 anos de Zumbi dos Palmares, sua estrutura e atribuições foram objeto de amplas discussões, mas não teve encaminhamento e nem uma definição política por parte do Poder Público. Com a criação e a extinção da Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra, o projeto foi transformado na Fundação Centro de Referência da Cultura Negra – FCRCN, que continua a luta para implantar, em Belo Horizonte, um centro cultural voltado para a valorização e promoção da memória, do patrimônio, da arte e da cultura negra, com a compreensão de que a cultura negra além de estratégica é fundamental na luta contra o racismo e no processo de construção e exercício pleno da cidadania pela população negra de Belo Horizonte. (CARDOSO, 2002:208-209).

A lista das comunidades de terreiros existentes em Belo Horizonte foi fornecida pela COMCAN (Centro Mineiro de Candomblecista), esta lista foi usada para formular então outra lista, com os terreiros mais antigos de Belo Horizonte de acordo com a senioridade iniciática.

5.3.1.-DOSSIE DE TOMBAMENTO DO “ILE WOPO OLOJUKAN”

O processo de número 010915349580, que fica nos arquivos da Diretoria do Patrimônio Cultural, que trata do tombamento do terreiro “ILE WopoOlojukan”, situado na rua Dr. Benedito Xavier nº2030, bairro Abrão Reis, na cidade de Belo Horizonte, nos apresenta como foi o processo de escolha para que ocorresse o tombamento, e também contém entrevistas e fotos do Ilê Wopo Olojukan.

O processo administrativo de tombamento consiste em mais ou menos cem páginas, que estão divididas em oito tópicos; o primeiro tópico é a apresentação do projeto, em duas páginas. O segundo tópico, consiste em um relato da escravidão no Brasil, com foco em Minas Gerais, este tópico tem doze páginas e é um dos tópicos mais longos. O processo faz um relato da história da escravidão no Brasil, desde a colonização pelos portugueses, mas foca na escravidão que ocorreu no Estado de Minas Gerais. Destaca a violência e a perseguição sofrida pelo negro, discute também que uma grande parcela dos negros trazidos para o Brasil pertencia a nações, culturas e tradições diferentes.

O relato da história da escravidão especificamente em Minas Gerais, que o dossiê relata, é para demonstrar desde o período colonial brasileiro, o negro esteve presente e, portanto, a sua cultura e principalmente a sua religiosidade esteve sempre presente na história brasileira e conseqüentemente na história mineira e mais tarde belorizontina.

O dossiê ainda relata um seminário que aconteceu no ano de 1995, mas não especifica se este seminário fazia parte dos eventos do Tricentenário de Zumbi dos Palmares. Este encontro ocorreu nos dias 20 a 24 de outubro de 1995, foi um seminário de com babalorixás e ialorixás e outros praticantes dessas religiões em Belo Horizonte, coordenado pela CENARAB e COMCAN e com o apoio da SMC/PBH, o qual reuniu vários membros da hierarquia do candomblé (yalorixás e babalorixás, mametos e tatetos, ekedes e macotas, ogãs e alabês e cambonos, oxoguns, yaôs e muzenas, ebomes e cotas) das três nações Ketu, Angola e Jeje. De acordo com o dossiê, esse seminário foi o primeiro em Belo Horizonte, o qual, quem organizou foram os membros e pessoas envolvidas com as religiões de matriz africana.

O quinto tópico conta a história do terreiro “Ilê Wopo Olojukan” desde a sua fundação. E também há um relato da vida de Carlos Olojukan, que foi quem fundou do terreiro, o “ILE Wopo Olojukan”, no bairro São Benedito por volta de 1971, depois mudou para a vila Ipiranga na década de 80 e por fim a casa se mudou para o endereço Rua Dr. Benedito Xavier, nº2030, bairro Aarão Reis,

situado na região Norte de Belo Horizonte próximo à estrada velha de Santa Luzia (atual via 240).

Por intermédio da INTECAB, foram localizados os documentos oficiais da Federação Baiana de Cultos Afro-brasileira (FEBRACAB), o registro, com o número de matrícula 159, de que Carlos Ribeiro da Silva foi iniciado no candomblé pela senhora Francisca de Santana, que fez o seu orukó (fazer a cabeça) no dia 08/02/1958, sendo o seu orukó - Olojukan. O registro informa que seu o senhor Carlos Ribeiro da Silva realizou sua obrigação de um ano em 08/03/1959, sua obrigação de três anos em 08/03/1961 e sua obrigação de sete anos em 10/04/1965, podendo assim reger a sua própria casa - ou seja abrir uma casa de candomblé.

Há no dossiê transcrição de entrevistas realizadas com outras pessoas, como por exemplo, pais e mães de santo de terreiros de Belo Horizonte e região Metropolitana e de membros do Ilê Wopo Olojukan, um trecho, no qual eles contam sua trajetória no candomblé ou na umbanda.

Há também um relato da vida de Carlos Olojukan, em seu percurso ele fundou sua primeira casa de candomblé, o “Ilê Wopo Olojukan” no bairro São Benedito por volta de 1971, depois mudou para a vila Ipiranga e, por fim, a casa se mudou para o endereço Rua Dr. Benedito Xavier, n 2030, bairro Aarão Reis, situado na região Nordeste de Belo Horizonte, próximo à estrada velha de Santa Luzia (atual via 240).

O terreiro fica numa área considerada pobre, e, na época do tombamento, havia projetos de melhoria de infra estrutura na região. Os entrevistadores do processo de tombamento relatam que há poucos documentos a respeito da região norte de Belo Horizonte e, portanto, para se fazer uma descrição da região eles contaram com os relatos orais dos próprios moradores da região. Então há uma descrição do terreiro em sua forma física e de como este está inserido dentro desta região.

Há também, nesse tópico do processo de tombamento, uma descrição do sítio histórico. Esta descrição é bastante detalhada no dossiê, está descrito

cada construção a sua finalidade e os objetos que compõem cada cômodo (ver anexo 1)

No meio do lote há o barracão que é uma grande área de construção de alvenaria, sendo nesta construção que acontecem as festas e reuniões do candomblé. O babalorixá também mora nessa construção, que contém vários quartos que são distribuídos nos dois pavimentos que compõem o barracão. Há uma cozinha enorme, banheiros e um cômodo no qual o pai recebe as pessoas para jogar búzios.

O dossiê relata as cinco casinhas de alvenaria que são as casas dos orixás, sendo especificada a cada qual casa pertence a que orixá, mas atualmente há seis casinhas de assentamento de orixá. Do lado direito há dois barracões, um dos quais constitui uma espécie de extensão do barracão principal e o outro é onde mora a mãe pequena da casa.

Há também cerca de cinquenta fotos que compõem o processo de tombamento e que mostra de forma detalhada o terreiro.

Na última parte do processo há o reconhecimento do terreiro “Ilê Wopo Olojukan” como parte da história e da memória da população de Belo Horizonte e, portanto, um patrimônio cultural da cidade. Segundo o dossiê, o “Ilê Wopo Olojukan”, “constitui num dos marcos físicos que respaldam a memória do povo belo-horizontino e deve receber proteção e promoção como patrimônio cultural do município.” (BELO HORIZONTE: Prefeitura Municipal, 1995a, p.91).

De acordo com o dossiê, o terreiro, ao ser tombado, constituiu o quarto monumento da tradição e cultura negra protegida e preservada por meio do tombamento, no Brasil, os outros do três eram a Imagem de Iemanjá na lagoa da Pampulha no ano de 1994, o terreiro de candomblé de Keto “Casa Branca do Engenho Velho” (Ilê Axé Iyá Nassô Oká) e a Serra da Barriga em Alagoas, ambos foram tombados no ano de 1986 esses três foram tombados como patrimônio cultural pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), até aquele momento.

“- o tombamento integral do sítio histórico localizado na rua Dr. Benedito Xavier, nº 2030, bairro Aarão Reis, com área de 2003, 45 m², garantindo o direito de passagem a entrada do terreno.” (BELO HORIZONTE: Prefeitura Municipal, 1995a, p.91).

“- tombamento do acervo de bens culturais móveis constituídos pelos objetos sagrados.” (BELO HORIZONTE: Prefeitura Municipal, 1995a, p.91).

O projeto do Tricentenário de Zumbi dos Palmares teve como finalidade buscar a memória e a tradição da cultura negra presentes em Belo Horizonte, mas também em Minas Gerais. Assim o projeto apresenta a proposta de inscrição do terreiro “Ilê Wopo Olojukan”, no livro de Tombo I- arqueológico etnográfico e paisagístico e no livro Tombo II- Histórico.

Após essa coleta de dados e várias reuniões, se elaborou o dossiê para o tombamento do “Ilê Wopo Olojukan”, este processo foi rápido em vista, por exemplo, do tombamento do terreiro de Casa Branca o “Ilê Axé Iyá Nassô Oká”, pois seu processo de tombamento demorou 4 anos, começou em 1982 e seu tombamento só foi homologado pelo IPHAN em 27 de junho de 1986.

Foi apresentado no dia 9 de novembro de 1995 um parecer favorável ao tombamento ao CDPCM, este parecer teve como relator um servidor público municipal ligado à então Secretaria Municipal de Cultura. No dia 14 de novembro de 1995, o então Babalorixá do “ILE Wopo Olojukan”, Sr. Carlos de Olojukan, recebeu do CDPCM a notificação do tombamento do terreiro (ver anexo 2).

Os tombamentos, em Belo Horizonte, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá e do Ilê Wopo Olojukan foram significativos para abarcar a diversidade cultural preconizada pelas novas perspectivas patrimoniais, além de respeitar a sacralização do lugar pelas comunidades. O local se mostra de suma importância para as comunidades em questão. A sacralização do local por uma comunidade-terreiro se inicia quando os Axés são plantados nos locais escolhidos pelo Orixá que rege a casa. (LOTT, 2005:80).

No anexo do processo, há o registro de compra e venda o imóvel onde está

localizada o terreiro “ILE Wopo Olojukan”, a compra do imóvel ocorreu no ano de 1989. Quem comprou o imóvel foi seu Carlos Olojukan, junto com outra pessoa. Há um parecer feito pela Secretaria Municipal de Cultura, em 9 de novembro de 1995, a respeito do terreiro acima já citado e datando sua existência desde 1964, sob a responsabilidade do senhor Carlos Ribeiro da Silva.

Este parecer feito pela SMC/PBH foi repassado para o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM) e no dia 14 de novembro de 1995, o Conselho notifica o senhor Carlos Olojukan o tombamento do sítio histórico “ILE Wopo Olojukan”, sob a lei municipal nº 3802/84 e o decreto municipal 5531/86, e de sua inscrição no livro do tomo I e II, mas este tombamento é de caráter provisório. No dia 17 de novembro de 1995, é publicado no DOM, que o CDPCM, em uma sessão ordinária no dia 9 de novembro de 1995, deliberou tomar o sítio histórico “Ilê Wopo Olojukan”. (ver anexo 3)

No dia 10 de maio de 1996 houve uma reunião na SMC/PBH com outros órgãos do município sendo eles, a URBEL, SUDECAP e COHAB, pois havia um projeto de obras chamado PROSAN, que aconteceria na região nordeste e norte de Belo Horizonte, e o sítio histórico tombado pelo município iria sofrer uma perda de 70% de seu terreno, essas obras tinham o objetivo de, segundo os representantes dos órgãos acima citados, levar desenvolvimento comercial para a região, através da canalização do Ribeirão do Onça, bem como reassentar as famílias da região. Elas haviam sido determinadas por meio do decreto estadual de 17.06.95, que é anterior ao tombamento do sítio histórico “Ilê Wopo Olojukan”, mas ficou determinado entre a SMC/PBH e URBEL, SUDECAP e COHAB, que os órgãos trabalhariam em uma solução que não prejudicaria nenhum dos lados envolvidos. O terreiro não sofreu redução do seu espaço físico por causa das obras de alargamento da via 240, esta redução não ocorreu devido ao tombamento do terreiro.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na esfera federal com o IPHAN, a política de preservação de patrimônio cultural material e imaterial esteja mais consolidada, mas na esfera municipal no caso em Belo Horizonte, a política de preservação ainda está intrínseca em resguardar edificações e casarões.

A questão do patrimônio cultural em Belo Horizonte se encaminha de maneira lenta, na qual se protege principalmente casarões e edificações que se remete ao início da criação da cidade. Há também muitos bens paisagísticos tombados.

O único momento em que se rompe com esta tradição é quando se tomba o terreiro de candomblé “Ilê Wopo Olojukan” e o congado “Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Jatobá”, há vinte anos atrás em 1995. Mas recentemente CDPM, isto é, no ano de 2011 fez seu primeiro registro de bem imaterial, que é o ofício do fotógrafo de Lambe-Lambe, que foi salvaguardado no livro de saberes.

Apesar de que o tombamento é uma ferramenta para se proteger os bens culturais materiais e conseqüentemente a memória e a história de uma nação, não devemos utilizar apenas o tombamento para se preservar a memória e a história de uma nação, a salvaguarda de bens imateriais é importante para resguardar essa memória e história.

Neste sentido, uma das formas de valorização e manutenção do patrimônio cultural, o tombamento se mostra como eficiente instrumento para a preservação dos bens moveis e imóveis. Mas como uma nação não é representada apenas por bens de natureza material, a ampliação do conceito de patrimônio preconizado na Constituição de 1988 no sentido de incorporar os bens intangíveis se destaca como um avanço, ainda que tardio, para a construção identitária da nação por meio do patrimônio cultural. (LOTT, 2005:117).

No caso do terreiro Ilê Wopo Olojukan, caberia também o registro de bem cultural imaterial, como por exemplo, a festa de celebração a Oxossi, que

geralmente ocorre no final do mês de abril, esta festa acontece todo ano e que dura praticamente o dia todo, inicia na parte da manhã com uma missa e a noite acontece à festa que celebra Oxossi, é também um todos poucos eventos aberto ao público. Portanto, caberia sim, a salvaguarda do terreiro Ilê Wopo Olojukan, no livro de registro de celebrações.

O Ilê Wopo Olojukan, sendo um terreiro de candomblé, neste que consiste no sagrado e no simbólico religioso, o axé que é o elemento mais importante, é a energia que rege o terreiro, não é salvaguardada pelo tombamento. Então a salvaguarda do Ilê Wopo Olojukan, como um bem cultural imaterial seria de extrema importância.

No caso do tombamento do terreiro de candomblé Ilê Wopo Olojukan e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá, percebemos que é impossível dissociar o intangível do tangível. O local se concebe como sagrado para ambas as comunidades devido as manifestações que ali ocorrem de acordo com seus respectivos calendários religiosos. Não se pode tomar apenas os locais e os artefatos sem o registro das celebrações que os tornam relevantes e imbuídos do sagrado. Os bens não se apresentam como importantes elementos constituintes das identidades das comunidades se não compreendermos o motivo que os tornam sagrados. E tal fator só é identificável a partir da inventariação das manifestações e celebrações para entender a comunidade como um todo e não de forma fragmentada como apresentada pelos instrumentos de preservação.(LOTT, 2005: 119).

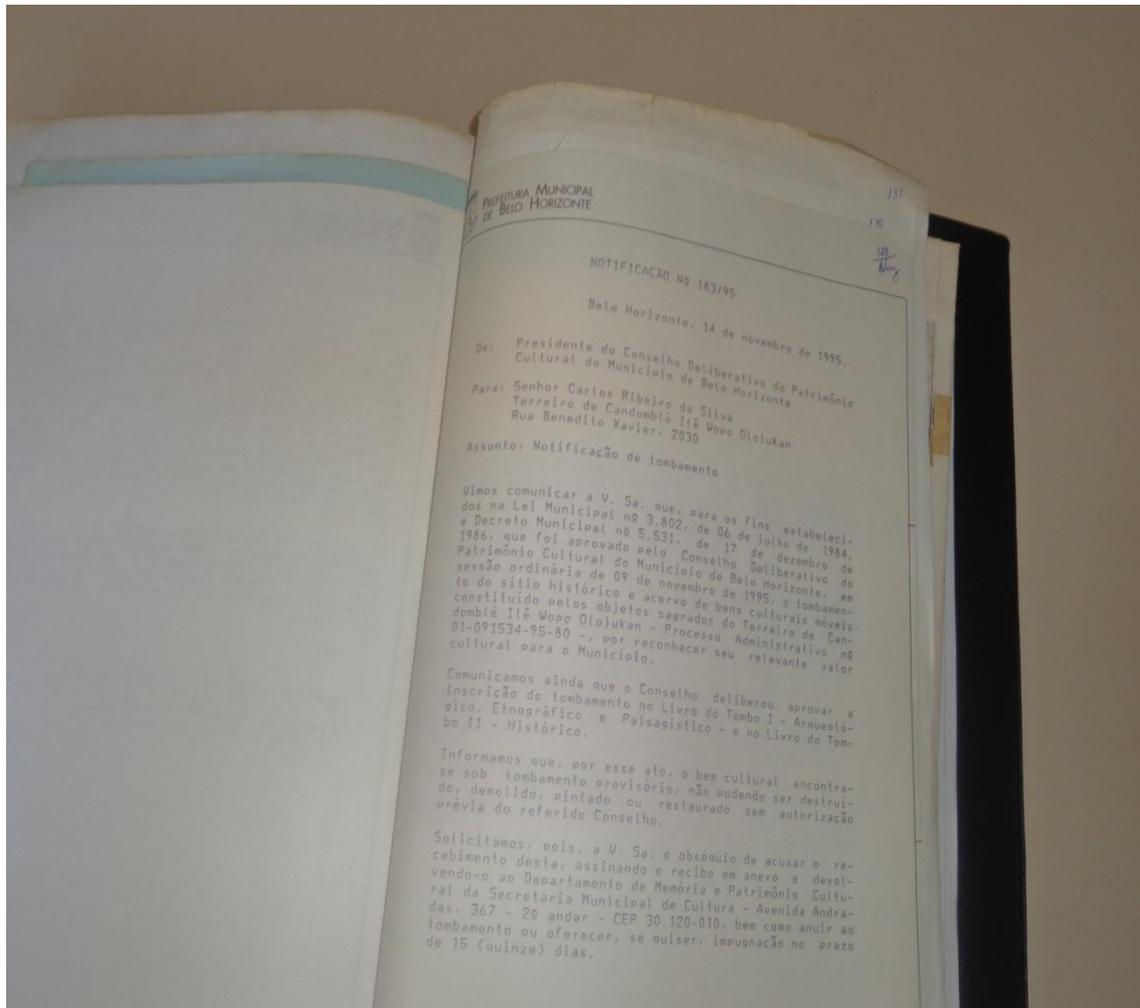
Ao analisarmos o dossiê do tombamento do terreiro, percebemos que o tombamento tanto do Ilê Wopo Olojukan e da Irmandade Nossa senhora do Rosário do Jatobá, só ocorreu, porque naquele momento dentro da então secretaria municipal de cultural, havia a presença de pessoas relacionadas ao movimento negro. Foi apenas neste momento que a cultura de raiz negra sai da marginalidade e ganha destaque.

Portanto, após a gestão de Patrus Ananias e o encerramento do projeto Tricentenário Zumbi de Palmares, não se deu seqüência a projetos voltados para a cultura de raiz negra em Belo Horizonte, e a Diretoria de Patrimônio Cultural Municipal, não acompanha o terreiro de candomblé Ilê Wopo

Olojukan após o seu tombamento. Isto é, de acordo com Sidney, o pai de santo do terreiro, a Prefeitura de Belo Horizonte e a Diretoria de Patrimônio não dão suporte técnico, financeiro (exceto a isenção do IPTU), ou desenvolvam projetos voltados para a memória e a história do terreiro.

Este trabalho tinha como proposta uma análise do tombamento do terreiro de candomblé Ilê Wopo Olojukan, o único terreiro tombado pelo município de Belo Horizonte e que tinha como foco ponderar os fatores que levaram ao tombamento do terreiro de candomblé. Esses fatores são o Projeto Tricentenário Zumbi dos Palmares, a presença do movimento negro dentro da secretaria municipal de cultura e a falta de políticas públicas municipais de salvaguardar bens culturais de raiz negras.

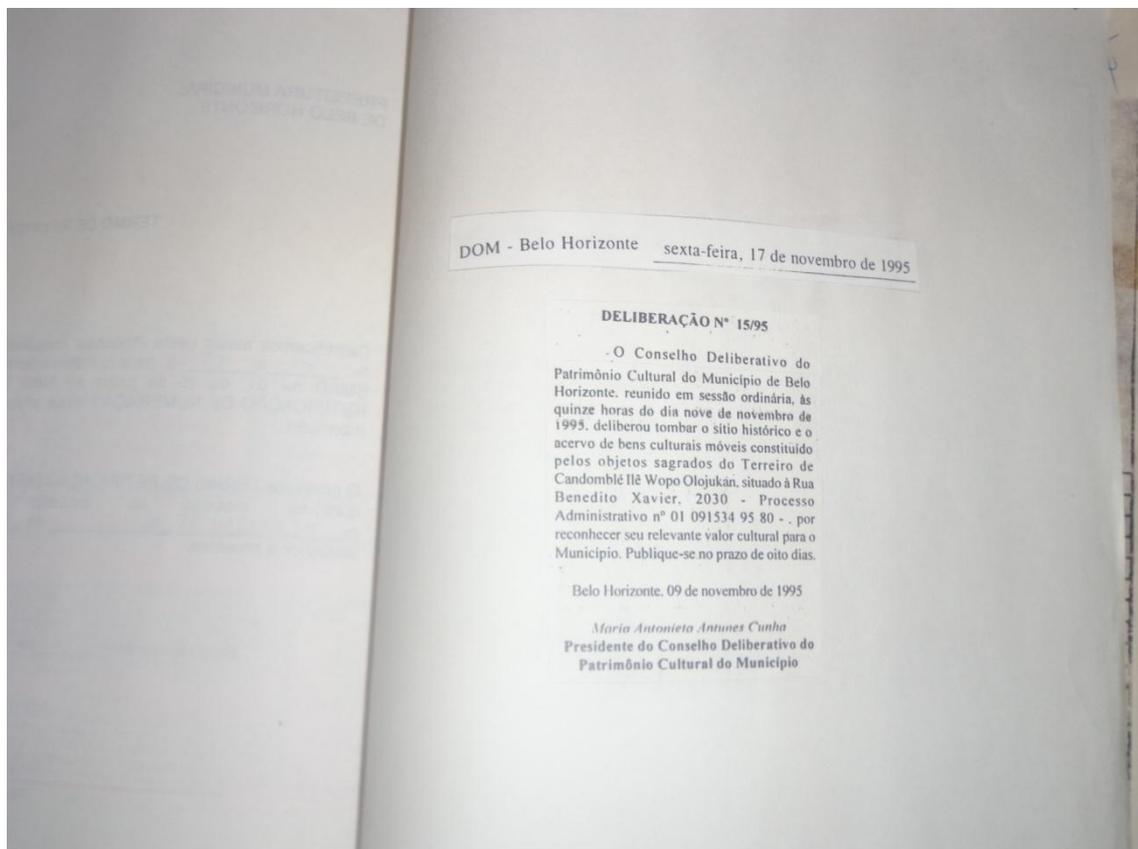
ANEXO II



Processo nº 010915349580 Belo Horizonte, 1995

Foto tirada do dossiê do Ilê WopoOlojukan da notificação do Tombamento do terreiro. A carta de notificação foi endereçada ao Senhor Carlos Ribeiro da Silva, o então, pai de santo do terreiro.

ANEXO III



Processo nº 010915349580 Belo Horizonte, 1995

Foto tirada do dossiê do Ilê WopoOlojukan, na qual se torna publica o tombamento do Ilê WopoOlojukan.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

ALMEIDA, Amarildo Fernando. **A senioridade iniciática do *ilê wopoolojukan***: origem e extensão do Candomblé em Belo Horizonte - MGe as narrativas sagradas das labás. Belo Horizonte. 2012.

ANDRADE, Luciana Teixeira. “*O conselho e a Institucionalização da Política de Patrimônio no Município de Belo Horizonte.*” In: **Democracia Participativa: a experiência de Belo Horizonte**. Sergio de Azevedo e Ana Luiza Nabuco. Organizadores; Claudinéia Ferreira Jacinto (Colaboradora). Belo Horizonte, Editora Leitura. 2008.

BASTIDE, R., **As religiões africanas no Brasil**, Editora da Universidade de São Paulo, SP, 1971.

BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia: rito nagô**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

CAMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE.
<http://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao>. Site acessado em 10/05/2015 as 15:31:10.

CARDOSO, Marco Antônio. **O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Belo Horizonte. Mazza Edições. Pp 240. 2002.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. “**Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**”. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru. EDUSC. 1999.

DURKHEIM, E. & MAUSS, M. **Algumas formas primitivas de classificação**. In: Sociologia Durkheim , (org.) São Paulo: Ática. 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres, **Para Além da Pedra e Cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. Memórias e patrimônio: ensaios contemporâneos/ Regina Abreu. Mario Chagas (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003, pp. 56-76.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **“O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil”**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. **O Registro do Patrimônio Imaterial – Dossiê final das atividades da comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial**. Brasília: IPHAN, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. **O Registro do Patrimônio Imaterial – Dossiê final das atividades da comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial**. Brasília: IPHAN, 2000.

FUNARI, P. Paulo. **“Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil”**. IN: Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Porto. 2001. Pp. 23-32.

FUNARI, Pedro Paulo. **Palmares, ontem e hoje**. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar. 2005.

Gonçalves, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Editora UFRJ/MinC – IPHAN.

GONÇALVES, Jose Reginaldo Santos. Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio**. Rio de Janeiro, 2007. Pp.140-156

KIEFER, Alex. **Construção de Identidade e Inclusão Social do Afro-**

brasileiro III. Religiões Africanas e Religiosidade dos Negros em Minas Gerais. Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Pró-Reitoria de Pesquisa e extensão – PROPRESX, Belo Horizonte, Editora Santa Clara, p. 44-91. 2007

LOTT, Vanessa Pires. Patrimônio Cultural na cidade de Belo Horizonte: o caso da “Irmandade Nossa Senhora do Rosário do Jatobá” e o terreiro de candomblé “Ilê WopoOloukan”. Belo Horizonte. 2005

Ministério da Cultura. “**O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial**”. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, 4.ed, 2006.

MORAIS, Mariana Ramos. **O Candomblé na metrópole:** a construção da identidade em dois terreiros de Belo Horizonte. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2006

Prefeitura de Belo Horizonte. <http://portalpbh.pbh.gov.br> . Site acessado em 30/01/2015 14:38:19

PROCESSO N 010915349580- “ILE WOPO OLOJUKAN”. Belo Horizonte. 1995.

SERRA, Ordep. Introdução e Capítulo 1. In **Águas do Rei**. Petrópolis: Vozes, 1995. Pp.7-189.

SOBDRÉ, Muniz. “**O Terreiro e a Cidade: a forma social do negro-brasileira**”. Rio de Janeiro: Vozes. 1988.

VELHO, Gilberto. “**Patrimônio, Negociação e Conflito**”. IN: Mana. 2006. Pp . 237-248